



**ACÓRDÃO Nº775/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11332/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Carauari.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** José Airton Freitas Siqueira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1466/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Carauari. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Carauari, exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. José Airton Freitas Siqueira**, na condição de Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.2. Recomendar** à Câmara Municipal de Carauari que:

**10.2.1.** Institua o Cadastro de Fornecedores, conforme estabelece o art. 34 da Lei nº 8.666/93;

**10.2.2.** Observe o que determina o art. 67 da Lei nº 8.666/93 relativo ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte da Administração;

**10.2.3.** Realize levantamento de cargos vagos que devem ser ocupados com servidores efetivos e verifique a possibilidade de realizar concurso público em observância ao art. 37, II da CRFB/88;



**ACÓRDÃO Nº775/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Dar quitação ao Sr. José Airtton Freitas Siqueira**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2.423/96 c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Determinar** ao atual gestor do CARAUARIPREV a compensação dos recolhimentos a maior das contribuições previdenciárias da Câmara Municipal de Carauari, no valor de **R\$270,58**, do exercício de 2017;
- 10.5. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção da DICAMI que verifique se houve o cumprimento integral do item explanado na determinação supramencionada, bem como das recomendações feitas no item 10.2;
- 10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando ao **Sr. José Airtton Freitas Siqueira** acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão;
- 10.7. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.
- 11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 24 de maio de 2022.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral